

## Um Estudo Sobre Interseccionalidade e Feminismo Negro: O caso Marielle Franco e o Combate às *Fake News*<sup>1</sup>

MENDONÇA, Luan Pazzini<sup>2</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

### RESUMO

Este artigo é resultado da participação do autor na disciplina Identidades e Sociabilidades, ofertada pelo PPGSC Unisinos e propõe-se a apresentar as marcas do feminismo negro e interseccionalidade nas *fake news* que circularam nas redes sociais digitais a respeito da vereadora Marielle Franco, após a sua execução no Rio de Janeiro, em 15 de março de 2018. Serão utilizados os pressupostos teóricos de Sueli Carneiro (2011), Kimberlé Crenshaw (1991; 2002), Angela Davis (2016), Ângela Figueiredo (2018) e Marcia Veiga da Silva (2014).

**PALAVRAS-CHAVE:** Marielle Franco; Interseccionalidade; Feminismo Negro; Fake News.

### O CASO MARIELLE FRANCO

Executada na região central do Rio de Janeiro, no dia 14 de março de 2018, Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco, virou símbolo de resistência. Sua posição política era de resistência. Lutava pelo reconhecimento da igualdade dos povos nas favelas. Deu voz a quem era silenciado. Em outras palavras, Marielle (RIBEIRO 2017, p.58) exercia o seu protagonismo, quebrando visões dominantes na “tentativa de analisar discursos diversos a partir da localização de grupos distintos e mais, a partir das condições de construção do grupo no qual funciona.”

Segundo o site G1 Rio de Janeiro, a execução da vereadora aconteceu por volta das 21h30 no bairro do Estácio, localizado na Região Central do Rio de Janeiro. Treze tiros foram disparados contra o carro em que Marielle se encontrava, sendo ela atingida por quatro deles. O motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Jornalista e mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na linha de pesquisa Linguagem e Práticas Jornalísticas, com bolsa auxílio CAPES/PROEX, e-mail: luanpazzini1@gmail.com.

---

morreu. A assessora da vereadora foi atingida por estilhaços e encaminhada ao hospital para, em seguida, prestar depoimento.

A militância da vereadora iniciou em 2000, após ingressar no curso pré-vestibular comunitário oferecido na Maré. Após dois anos de estudo, em 2002, ingressou com bolsa integral obtida por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Em 2014, como requisito para o título de mestre em Administração, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), apresentou a dissertação intitulada “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”. Em sua dissertação, Marielle Franco (2014) denunciava o abuso de autoridade exercido na Maré.

“Em maio de 2013, o BOPE e o Batalhão de Choque realizaram uma operação para combater o tráfico na favela, marcada com violência e por invasões de casas e destruição de pertences, o que revelou uma enorme insegurança em toda favela.” (FRANCO, 2014, p.96).

No pleito eleitoral de 2006, Franco trabalhou na equipe que elegeu Marcelo Freixo à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Com a posse do Deputado Estadual, foi nomeada assessora parlamentar de Freixo, onde permaneceu trabalhando por dez anos.

Em 2016, em sua primeira disputa eleitoral, Marielle foi eleita vereadora no Rio de Janeiro, pela coligação Mudar é possível, formada pelo PSOL e PCB. Eleita com mais de 46 mil votos, foi a quinta candidata mais votada no município e a segunda mulher mais votada para ocupar o cargo de vereadora em todo o país. Criticava a intervenção militar e denunciava os abusos da polícia. Lutava pelo reconhecimento da igualdade dos povos nas favelas. Deu voz a quem era silenciado.

Duas semanas antes de ser assassinada, Marielle havia assumido a relatoria da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio, criada para acompanhar a intervenção federal na segurança pública do Estado. Na ocasião, ela se posicionava publicamente contra a medida. Além disso, Marielle também denunciava o assassinato de jovens de periferia. Um dia antes de ser executada, em sua conta pessoal da rede social Twitter, Marielle lamentou a morte de um jovem chamado Matheus Melo, sugerindo que o crime poderia ter sido cometido por policiais militares do Rio.

Figura 1



Fonte: Twitter Marielle Franco.

Para muitos a vereadora “defendia bandido.”

Figura 2



Fonte: Dados coletados pelo autor

Figura 3



Fonte: Dados coletados pelo autor

---

Após entrar na vida política, virou Presidente da Comissão da Mulher da Câmara e era referência para o movimento negro e feminista. Defendia a visibilidade lésbica negra. Lima (2018) ressalta que as lésbicas negras têm

[...] seu corposubjetivação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão que, ao ser coadunada com outros marcadores categoriais como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão. (LIMA, 2018, p.68).

Davis (2016, p.232-233) ressalta que as mulheres negras não tinham “como foco central de sua vida as tarefas domésticas”, fugindo dos “danos psicológicos que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa”. Freitas (2018) complementa dizendo que

[...] em contrapartida, as mulheres negras tiveram que ser fortes para lutar pela sobrevivência de sua família e de sua comunidade.” “[...] As mulheres negras pagaram um preço alto por sua força e relativa independência: embora raramente tenham sido “apenas dona de casa”, sempre realizaram as tarefas domésticas, carregando o fardo duplo do trabalho assalariado e dos afazeres domésticos.” (FREITAS, 2018, p.158).

Vivemos numa sociedade em que nossas identidades culturais são simultaneamente nossas culturas em processo. Veiga (2018) pede para desconfiarmos do que nos é dado como natural e que não ser masculino, homem cis, classe média/alta, branco, heterossexual, católico ou judeu, ter até 40 anos e escolaridade alta nos afasta de muitos privilégios. Explico melhor a minha colocação utilizando as palavras de Marcia Veiga da Silva.

No Ocidente, o padrão social predominante parte do pressuposto de que os sujeitos nascem homens ou mulheres – e com isso têm seus gêneros orientados respectivamente para seus atributos equivalente (homens/fortes, mulheres/sensíveis, por exemplo) – e são, essencialmente, heterossexuais. A partir dessas primeiras “certezas”, construídas como inatas, as conformações das relações sociais se forjam e se estabelecem como um padrão que prevê, entre outras coisas, relações afetivas e sexuais entre sexos diferentes (e com funções sexuais e sociais distintas), sustentadas em relações conjugais formais (civis e religiosas) e monogâmicas, com objetivos procriativos e de constituição de parentescos baseados em laços de sangue. (VEIGA, 2010, p.52-53.)

Todas as informações levantadas até aqui tornaram a parlamentar vítima do crime cometido.

Sou afetado quando um semelhante é afetado. Ubuntu! Sou negro, pobre e homossexual, como Marielle. Ela ocupava espaços que há muito tempo – e até hoje – são negados às populações periféricas.

Diferentemente da Vereadora que, desde o seu nascimento, viveu na periferia, eu vivi num bairro de classe média, localizado na cidade de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre. De família humilde, filho de mãe solteira - que saía de casa antes do sol nascer e retornava tão tarde que muitas vezes eu já estava dormindo - para sustentar a família. Criado com a ajuda da avó e de uma tia, assisti casas enormes crescerem ao redor da minha - que era de madeira e quase toda comida por cupim - pintada de azul, que com o tempo perdeu a cor e eu nunca soube o tom original. As janelas eram brancas, e foi escorado nelas que muitas vezes via amigos irem ao cinema e passear nos parques com seus pais nos finais de semana. O bairro cresceu, se desenvolveu, mas nossa situação financeira não.

Vivi anos buscando me encontrar em corpos que não me encontravam. Além de ser negro e pobre, me descobri homossexual. Ocupava o lugar da maioria, mas era a minoria. Acredito que todas as características citadas acima, me aproximam do caso.

## **INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO**

O grande volume de literatura presente na língua inglesa pode indicar que a expressão interseccionalidade tenha sido criada para denominar a correlação das relações de poder de raça, classe e gênero, por Kimberlé Crenshaw em 1989 (CRENSHAW, 1991).

O conceito interseccionalidade vem sendo usado em discussão em torno das especificidades das mulheres negras, principalmente entre as intelectuais negras do Brasil e dos EUA. Kimberlé Crenshaw é considerada uma das lideranças da teoria crítica ao racismo nos Estados Unidos. Interseccionalidade, segundo Crenshaw (2002, p.177) seria “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”.

O conceito é proposto a partir do texto “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero” (2002), criado durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban (África do Sul) em 2001. Crenshaw (2002, p.171) relata que o objetivo do documento foi sugerir um protocolo provisório para melhor identificar as variadas formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de gênero e raça (CRENSHAW, 2002, p. 171).

A intenção da autora era fazer emergir a necessidade de as instituições de direitos humanos assumirem a responsabilidade em lidar com as causas e consequências de tal discriminação. Ainda de acordo com Kimberlé, ao longo da década de 90, os resultados do ativismo de mulheres, tanto nas conferências mundiais como no campo das organizações de direitos humanos, trouxeram um consenso de que os direitos humanos das mulheres não deveriam se limitar às situações onde seus problemas se parecessem aos vivenciados pelos homens.

Expandindo a pesquisa, percebe-se que a base dessa discussão, apenas no Brasil, ainda na década de 1980, iniciou com Lélia Gonzalez. A autora indagava a sociedade e a academia, quanto às desvantagens e os privilégios sobre a raça, classe e o sexo (o termo “gênero” não era tão usual como nos debates atuais).

Conforme Freitas (2018) o legado das lutas das mulheres negras ganha ainda mais força ao se deparar cotidianamente com a vulnerabilidade e às agressões sofridas no trabalho, na rua, em casa e via meios de comunicação.

[...] Em um misto de racismo, misoginia e pobreza. Segundo o Atlas da Violência 2018 (IPEA; FBSP, 2018), em dez anos (2006-2016), o número de mulheres negras assassinadas no país, por 100 mil habitantes, teve um aumento de 15,4%. Já entre mulheres não negras, o percentual teve uma queda de 8%, no mesmo período. Considerando-se que, em 2016, 4.645 mulheres foram mortas, a taxa de homicídio entre as mulheres negras (5,3 a cada 100 mil) e não negras (3,1 a cada 100 mil) apresentam uma diferença de 71%. (FREITAS, 2018, p. 151-152).

O assassinato da parlamentar emergiu nas redes sociais. No Twitter, a repercussão foi mundial, pautando veículos de comunicação como El País e The Guardian. A rede abrigou o debate sobre as motivações para o assassinato da vereadora que se tornaram objetos de disputas de sentidos, especialmente entre os usuários que acreditavam que Marielle fora vítima da violência local e os que deduziam ser perseguição política a uma ativista dos direitos humanos. Entendo como sentido o que

Henn; Oliveira (2015, p.85) definem como “um espaço de disputa de sentidos entre os diferentes sistemas que se dedicam a interpretar o mundo conforme diferentes repertórios e interesses: o sistema social propriamente dito, o sistema capital/mercado, o sistema político...”

Diversas informações sobre as trajetórias política e pessoal da vereadora foram veiculadas pelas redes sociais. Notícias sem checagem e fonte segura sobre uma possível conexão da vereadora com o crime organizado, sobre a suposição de uso de drogas e de ela ter engravidado na adolescência foram compartilhadas.

A reprodução dessas notícias falsas foi reproduzida por figuras públicas como uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e um deputado federal eleito pelo Distrito Federal. Para Guaranha (2018) as notícias se configuraram como tentativas de apagamento e silenciamento, e expõem uma crise pela qual atravessa a democracia brasileira.

A morte de Marielle eliminou uma representante eleita por um grupo que se identificou com as ideias dela, o crime e os desdobramentos dele na Internet expôs outra face da violência, aquela que se amplia além da aniquilação física das vítimas: a violência verbal nas redes sociais que expõe os conflitos identitários latentes na sociedade brasileira. (GUARANHA, 2018, p. 115).

No TEDxPortoAlegre 2018<sup>3</sup>, realizado no dia 23 de março, na Fundação Iberê Camargo, a jornalista Eliane Brum afirmou que no Brasil a crise não é apenas econômica e política. “Chegamos a um ponto em que as palavras perderam significado, perderam efeito. Vivemos uma crise de palavra e de identidade.”

No sentido de que o movimento das palavras está interditado, como cartas enviadas que não chegam ao seu destinatário. Em parte isso se deve ao fato de que o absurdo tece o cotidiano, como a realidade brasileira não se cansa de provar. E o absurdo se alarga um pouco mais a cada dia. O que se chama de realidade objetiva tornou-se uma vivência do inconcebível. (BRUM, 2018).

Com o intuito de combater a veiculação de *Fake News*, veículos de comunicação em contraposição a elas, passaram a divulgar checagem dos fatos, buscando esclarecer fatos divulgados sobre a sua vida.

---

<sup>3</sup> TEDx é uma evento sem fins lucrativos dedicado ao lema “ideias que merecem ser compartilhadas”.

---

## AFINAL, O QUE SÃO *FAKE NEWS*

O termo *fake news* se popularizou nas eleições americanas, quando o Presidente dos Estados Unidos da América Donald Trump assumiu o cargo em janeiro de 2017. Trump utilizou tanto o termo, que acabou se tornando comum ouvi-lo.

O fato é que o então candidato a presidência acusou a mídia de divulgar notícias falsas sobre ele, com o intuito de atrapalhar sua campanha política. Conforme veiculado no Jornal O Globo<sup>4</sup>, uma destas notícias chamadas de falsa por Trump foi a informação divulgada pelo jornalista da ABC News, Brian Ross que afirmava que as eleições americanas haviam sido manipuladas com a ajuda de Russos, para que Donald fosse eleito. Segundo Ross, Trump e seu filho teriam obtido documentos *hackeados* do Wikileaks - site que divulga informações confidenciais, com fotos e outros documentos, sobre governos e empresas que acreditam que devam ser divulgadas para a sociedade - durante campanha. O presidente divulgou a conversa com o *Wikileaks*, mas não ficaram claros os laços entre eles.

Nesse cenário, podemos perceber como a internet se tornou um espaço para discussões políticas. Com a população conectada o dia inteiro, os internautas ficam expostos a conteúdos de diversos sites de notícias. Muitos dos sites que divulgam as informações não fazem parte da grande mídia e são especializados em divulgar notícias falsas. A partir daí surgem os robôs controlados por *softwares* que são programados para produzir *fake news*, provocando discussões e promovendo ataques a opositores.

O ato de compartilhar uma *fake news* pode gerar revolta na população, levando assim a fazer com que as pessoas ajam de forma violenta, baseadas em mentiras. Compartilhar informações falsas nas redes sociais é um ato perigoso. Desta forma, é necessário que os usuários das redes façam uma análise das notícias antes de disseminá-las.

As “notícias falsas” se tornaram uma questão tão importante, sobretudo no Facebook. Em 2016, entre os embustes mais lidos, destacaram-se: a afirmação de que Obama tinha banido o juramento de lealdade à bandeira nas escolas; “O papa Francisco choca o mundo e endossa Donald Trump para presidente”; a notícia de que Trump estava oferecendo passagens só de ida gratuita para a África e o México àqueles que queriam ir embora dos Estados Unidos; e “O líder do Estado Islâmico pede para os muçulmanos norte-americanos votarem em Hillary Clinton”. Os feeds de notícias automatizados fizeram com que centenas de milhares de pessoas lessem no Facebook que a Fox News demitira Megyn Kelly, uma de suas âncoras por

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/trump-revela-ganhadores-de-seu-premio-fake-news-22300236>> Acesso em: maio 2019.

---

ser uma traidora. Por mais ridículas que essas possam parecer, elas comandam a crença: Em dezembro de 2016, uma pesquisa de opinião do instituto Ipsos, para o site BuzzFeed, com mais de 3 mil norte-americanos, verificou que 75% daqueles que viram as manchetes das notícias falsas as julgaram como exatas. (D'ANCONA, 2018, p.55).

Deotado; Souza (2018, p. 116) dão algumas dicas de como podemos identificar notícias falsas, realizando uma pesquisa rápida que ajuda a identificar a veracidade das informações. “Fazer uma busca em sites de jornais da grande mídia é um ótimo começo para que se possa perceber a veracidade da informação. Observar a forma como o texto foi escrito também é importante. Muitas *fake news* possuem erros gramaticais e assumem uma postura inadequada.”

## ANALISANDO AS FAKE NEWS

**Caso 01:** O deputado federal, eleito pelo Distrito Federal, Alberto Fraga compartilhou em suas redes sociais algumas informações como, por exemplo, a de que Marielle Franco era envolvida com o tráfico de drogas e que o pai de sua filha era o traficante Marcinho VP, e que também teria sido eleita pelo Comando Vermelho. Além disso, Fraga disse que Marielle havia sido assassinada pela Polícia Militar. Após discutir com alguns internautas, ele apagou suas redes sociais e pediu desculpas alegando que deveria ter conferido as informações antes de publicá-las.

Para Figueiredo (2018) “a sobrecarga de responsabilidades associada ao racismo e às representações estereotipadas sobre o corpo feminino negro tem causado inúmeros prejuízos às mulheres negras, que têm buscado estratégias coletivas como um modo de enfrentamento às desigualdades.” Para Crenshaw (2004) as discriminações de gênero e de raça operam juntas para criar barreiras ao desenvolvimento de mulheres negras no mercado de trabalho.

A autora identifica que mulheres de pele escura e mais pobres são as mais vulneráveis a violação de qualquer tipo de direitos humanos, por serem mantidas à margem dos espaços privilegiados.

**Caso 2:** A desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), um dos casos de maior repercussão de notícia falsa, afirmou em sua conta no facebook que Marielle Franco, estava “engajada com bandidos”. Em entrevista concedida a jornalista Mônica Bergamo, na Folha de São Paulo, Marília revelou não

conhecer a vereadora até saber de sua morte e “que postou informações “que leu no texto de uma amiga”. Ela criticou o que chamou de “politização” do assassinato. “Outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção. E ela também lutava, trabalhava, salvava vidas.””

Discursos como o da desembargadora, criticando o excesso de repercussão dado à morte, ecoaram nas redes sociais, sugerindo que o silêncio seria o melhor caminho. Para Carneiro (2011), a universalização da luta dos movimentos feministas, feita a partir do ponto de vista das mulheres brancas, deslegitima, silencia e nega as mulheres negras, aproximadamente metade da população feminina brasileira. Após importantes estudos publicados por Gonzalez, Carneiro ainda precisa destacar que as mulheres negras são rejeitadas no mercado de trabalho, no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos, devido ao eufemismo da “boa aparência”. Afinal, a predileção é por brancas; se forem loiras, melhor.

[...] o movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. [...] É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (Carneiro, 2011, p. 121-122).

Marielle se mobilizava a favor das lutas contra a hierarquização de raça, classe e gênero - inclusive entre as próprias mulheres. Buscava ampliar os direitos das vozes caladas, há muito tempo deslegitimadas e silenciadas.

## CONCLUSÃO

A complexidade desse caso, mobilizados pelas inúmeras narrativas que abordam o assunto, levou até quem não enxergava Marielle como vítima ou como alguém que merecesse que sua morte se tornasse notícia. A trajetória política, origem e lutas despertaram paixão após sua morte.

Considero que as redes sociais digitais beneficiaram os usuários com a possibilidade de interagir com o mundo. Temos acesso rápido a informações que antigamente só tínhamos com uma pesquisa mais avançada. Com a chegada das redes sociais, veio também a robotização da notícia, que quer dizer que as *fake news* não são apenas notícias criadas e compartilhadas por pessoas, mas por *softwares* planejados com este objetivo.

Infelizmente a ausência de resolução do caso na esfera criminal já estende por mais de um ano. Mobilizações realizadas nas ruas e nas redes sociais, e também na mídia estão mantendo o caso em debate.

## REFERÊNCIAS

BRUM, Eliane. “**Marielle Franco: Como enfrentar o sangue dos dias.**” <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/politica/1522080125\\_945009.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/politica/1522080125_945009.html)> Acessado em 28 de dez 2018.

CARNEIRO, Sueli. **O matriarcado da miséria.** In: CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p.127-130.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 27 dezem. 2018

\_\_\_\_\_. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review, California**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <[https://www.socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article\\_\\_Mapping\\_the\\_Margins\\_by\\_Kimblere\\_Crenshaw](https://www.socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article__Mapping_the_Margins_by_Kimblere_Crenshaw)>pdfAcesso em: 10 dez. 2018.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news.** Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099.

FRANCO, Marielle. **UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

FREITAS, Viviane Gonçalves. Mulheres negras e imprensa feminista: vozes, interseccionalidade e cidadania. **Revista Compolítica** 2018, vol. 8(2), p. 145-169. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/211/211>>

GUARANHA, Manoel Francisco. O conflito de identidades e a violência verbal na reprodução das fake News a respeito de Marielle Franco. **Revista (Com) Textos Linguísticos**. V12, n.22. 2018.

HENN, Ronaldo; DE OLIVEIRA, Felipe Moura. Jornalismo e movimento em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 22, n. 3, julho, agosto e setembro de 2015.

HENN, Ronaldo; HOEHR, Kellen; BERWANGER, Gabriela. Transformações do acontecimento nas redes sociais: das mobilizações contra a homofobia à crise de dupla sertaneja. **Brazilian Journalism Research**, v.8, n.1, p.100-117, 2012. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/392>>.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: Corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol 04, N. 02 - Abr. - Jun., 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>>

RIBEIRO, Djamilla. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAFKO, L.; BRAKE, D. K. **A Bíblia da mídia social: táticas, ferramentas e estratégias para construir e transformar negócios**. Tradução James Gama. São Paulo: Blucher, 2010.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.